

**SECRETARIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS**  
**Proc. de Termos Licitações e Contratos -**

**PARECER Nº: 0181/2016**

**PROCESSO:2016.02.000709**

**INTERESSADO: Secretaria de Saúde**

**ÓRGÃO DE ORIGEM: SECRETARIA DA SAÚDE**

**ASSUNTO: Consultiva Administrativa - Contratos Administrativos - Concessão**

Direito Administrativo. Contrato administrativo. Ata de registro de preços. Renegociação e reequilíbrio econômico-financeiro. Aferição. Pesquisa de mercado. Razoabilidade do preço em comparação ao mercado. Consulta a outros fornecedores registrados. Artigos 17 a 19 do Decreto Municipal n. 27.070/2013.

Trata-se de consulta formulada pela Secretaria de Saúde acerca de pleito deduzido pela empresa DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLÓGICOS LTDA objetivando alterações nas cláusulas econômico-financeiras de ata de registro de preços (Ata n. 169/2015, oriunda do Pregão Eletrônico n. 006/2015 – Processo Licitatório n. 010/2015). Em específico, o ponto que se discute para fins de adequação econômica diz respeito aos itens 001, 002, 003 e 006 do lote 13; item 004 do lote 49; item 001 do lote 50 (vide Ata já mencionada).

Em análise preliminar, esta Procuradoria solicitou, dentre outros: esclarecimentos sobre o efetivo aumento dos preços; comparativo com preços de mercado e preços registrados; cotações de preços atuais.

Em breve síntese, vejo que a requerente fez juntar aos autos documentação tendente a comprovar o desequilíbrio de preços alegado. Em adição, veja-se que a partir de pesquisa de mercado realizada pela própria SS fica comprovado que os preços registrados em ata estão em descompasso com a realidade mercadológica (vide art. 19 do Decreto Municipal n. 27.070/2013).

Desta feita, resta, ao menos em tese, cabível o pleito da empresa, tendo-se em vista que os preços reequilibrados estão em compasso (e até menores, no mais das vezes) com os preços atuais de mercado, o que corrobora com o realinhamento e a contratação advinda de tais preços.

Em específico, os preços registrados atualmente para os itens especificados são, respectivamente: R\$ 43,60 / R\$ 28,01 / R\$ 24,01 / R\$ 33,97 / R\$ 14,01 / R\$ 14,01. Nesse contexto, a empresa indica um novo preço para tais itens, já com a aplicação do reequilíbrio, de: R\$ 65,77 / R\$ 36,62 / R\$ 32,79 / R\$ 41,40 / R\$ 18,53 / R\$ 18,53.

NN. 2016.02.000709

Rua Cais do Apolo, 925 - CEP 50030903, Recife-PE

Diante de tal quadro, vejo que esta Procuradoria solicitou, por intermédio da Diligência n. 003/2016 (fls. 56-57), análise mercadológica e demais subsídios aptos a evidenciar o efetivo aumento dos custos dos insumos desde o registro dos preços e um comparativo entre os preços registrados e os atuais de mercado.

Por ora, a Secretaria solicitante apresenta, nos autos, cotações de preços dos referidos objetos. Nesse sentido, os novos preços pesquisados e apresentados apresentam a seguinte média, respectivamente: R\$ 92,10 / R\$ 92,10 / R\$ 49,667 / R\$ 60,767 / R\$ 29,30 / R\$ 28,10 (vide mapa de preço estimado trazido aos autos após pesquisa de mercado – fls. 71 e ss). Ao menos em tese, como já explicitado, o preço pleiteado pela requerente é ainda inferior aos atuais patamares de mercado pesquisados. Assim – e na linha do que autorizado pelo Decreto 27.070/2013 em seus artigos 17 e 19, II –, resta possível o realinhamento para o valor pleiteado.<sup>1</sup>

Por todo exposto – e uma vez confirmados pela Secretaria de Saúde os valores apresentados como de mercado para os itens ora em debate –, opino, nos termos da fundamentação que acompanha o presente parecer, pela possibilidade de concessão do pleito formulado, devendo ser seguidas, previamente, as seguintes condicionantes:

1) a aferição técnica de que o objeto ora ofertado e os pesquisados são os mesmos ou equivalentes, para fins de garantir a idoneidade da comparação de preços.

2) previamente à contratação com o novo preço, é de ser dada oportunidade aos demais fornecedores (pesquisados / registrados) para que, na linha do art. 19, II, do Decreto Municipal n. 27.070/2013, tenham oportunidade de renegociação em patamar menor do que o ofertado pela empresa ora requerente, tudo em busca da contratação mais vantajosa para o Município.

Nestes termos, é o parecer que submeto à consideração superior.

Recife, 22 de junho de 2016

**Bruno Santos Cunha**  
Matrícula 87.476-8

<sup>1</sup> No caso concreto, tenho para mim que as especificidades do art. 65, II, *α* da Lei Federal n. 8.666/93 são cumpridas na medida em que a pesquisa de preços aponta que o preço pleiteado pela detentora do registro é significativamente menor do que os pesquisados em mercado. De fato, caso não se vislumbre tal ocorrência, o Município deixaria de ter a possibilidade de contratar, ainda sob a égide da mesma ata (agora renegociada), tendo que providenciar novo processo administrativo para compra, o que, diante da pesquisa de preços empreendida, lhe seria mais custoso tanto objetivamente quanto se levados em consideração o custo administrativo e a eventual demora do novo processo de aquisição.